

Educação e socialismo

DÉCIO AZEVEDO MARQUES DE SAES*

Educação e capitalismo

O objeto de nossa análise, neste texto, é o papel da educação escolar na sociedade socialista. Devemos começar tal análise caracterizando a educação na sociedade que precede historicamente o modelo socialista de sociedade: isto é, a sociedade capitalista. A seguir, procuraremos estabelecer o contraste entre os papéis desempenhados pela educação num e noutro modelos de sociedade.

É visível o paradoxo educacional do capitalismo. De um lado, a ideologia escolar tem uma presença bastante ativa na vida social; de outro, a educação escolar tem reduzida importância para boa parte dos grupos sociais característicos da sociedade capitalista. Nos anos 70, a escola foi alvo de ataques partidos da intelectualidade anarquista, liberal ou anarco-liberal; e o exemplo mais conspícuo desse tipo de ataque se encontra na obra de Ivan Illich. Tais ataques não conquistaram, contudo, o apoio de nenhum grupo social fundamental: a burguesia, os trabalhadores manuais, a classe média. Conseqüentemente, a ideologia escolar continuou a ter presença ativa na vida social, bem como ampla difusão na mídia, onde se banalizou, durante as últimas décadas, a abordagem de questões cruciais da educação escolar, como o exame vestibular, os cursos supletivos e a educação de adultos.

É importante notar que, na era das políticas estatais de orientação neoliberal, o argumento de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento da sociedade tende a ser acionado, de modo particularmente intenso, para explicar os

* Professor titular da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

fracassos registrados noutros domínios da política estatal: crescimento econômico, emprego, distribuição de renda, saúde etc. Mais especificamente: as carências específicas da educação escolar, suscetíveis de serem atribuídas ao subdesenvolvimento cultural, tendem a ser taticamente apontadas, pelos próprios setores que dirigem o Estado, como o fator que explica *qualquer* fracasso da política estatal de orientação neoliberal. Nesse caso extremo, também se evidencia, ainda que de modo indireto e negativo, a relevância da ideologia escolar dentro da sociedade capitalista, em sua fase atual.

No entanto, a despeito de a ideologia escolar se mostrar resistente e operante, os grupos sociais fundamentais da sociedade capitalista tendem a *relativizar* – para dizer o mínimo – a importância da educação escolar no que diz respeito à sua própria reprodução material e social. Pesquisas empíricas¹ revelam, por exemplo, que os pais empresários projetam para os seus filhos, basicamente, uma “educação no canteiro de obras”, isto é, dentro da empresa familiar. Esses pais atribuem à educação obtida nos níveis médio e superior um caráter subsidiário e secundário. Por isso, aceitam ou mesmo chegam a preferir o ensino superior privado, onde os seus filhos poderão desenvolver uma rede de relações sociais que serão úteis na vida empresarial. Já os trabalhadores manuais sabem que uma instrução rudimentar – ou seja, ler, escrever e contar – é importante para que os seus filhos tenham acesso ao mercado de trabalho, ou mesmo a um trabalho informal. Porém, pressionados pelos elevados custos indiretos da escolarização² (que equivalem ao montante de renda que a família trabalhadora perde mantendo os seus filhos na escola), os pais trabalhadores tendem a relativizar a importância da conclusão do ensino fundamental; e assumem uma postura fatalista, quando os seus filhos de 12, 13 ou 14 anos revelam a disposição de desempenhar algum trabalho informal ou eventual. Como o empresariado, também os trabalhadores manuais valorizam uma educação “no canteiro de obras”, de cunho extra-escolar; até por saberem (ou intuírem) que o trabalhador manual com formação profissional ampla só é requerido por uma parcela muito reduzida do setor empresarial. Na prática, o proletariado desconfia do apelo tecnocrático para que “todos” obtenham uma “formação polivalente”; e percebe que o aparelho produtivo do capitalismo pede à maioria

¹ Referimo-nos aqui aos materiais apresentados em diferentes artigos de Maria Alice Nogueira / Geraldo Romanelli / Nadir Zago (Orgs.). *Família & Escola/ trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000; e de Ana Maria F. Almeida e Maria Alice Nogueira (Orgs.). *A escolarização das elites*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

² Esse conceito é apresentado por Luiz Antonio Cunha em *Educação e desenvolvimento social*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978, 3ª edição. Ver especialmente o Capítulo 3, “A escolarização desigual”.

dos trabalhadores tão-somente a capacidade adaptativa de passar rapidamente, no “canteiro de obras”, de uma tarefa limitada para outra tarefa limitada.

Na verdade, a classe média é o grupo social que investe proporcionalmente mais esforços e mais recursos materiais ou financeiros em educação escolar. E isso ocorre porque a classe média é o único grupo social cuja trajetória socioprofissional depende estreitamente da trajetória escolar. Os pais de classe média buscam reproduzir no tempo histórico a sua situação social através dos filhos, bem como manter os seus filhos alocados nos postos não-manuais – ou, mais especificamente, intelectuais – da divisão capitalista do trabalho. Para que isso se realize, eles deverão fazer com que os seus filhos tenham acesso aos conhecimentos científicos e ao acervo cultural propiciados pela educação escolar ao longo dos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). O desempenho de um trabalho não-manual (isto é, uma atividade mental de caráter reiterativo e não-inovador) ou de um trabalho mais especificamente intelectual (isto é, uma atividade mental com caráter inovador ou criador) exige conhecimentos teóricos e elementos culturais que a escola ministra de modo organizado, sistemático e planejado. Por isso, a classe média está organicamente comprometida com a educação escolar.

É por essa razão sociológica que as aspirações educacionais da classe média são sempre crescentes. Ou seja: esse grupo social tem reivindicado sucessivamente, para os seus filhos, a chance de completar o ensino médio, o ensino superior de graduação e, finalmente (tendência mais recente), o ensino superior de pós-graduação. Agregada à pressão educacional exercida por um setor minoritário das classes trabalhadoras manuais (que teve condições de tomar a situação de classe média como exemplo e de alçá-la à condição de ideal), a pressão da classe média por uma ampliação da oferta de vagas no ensino superior acaba levando à diplomação de um número muito maior de profissionais do ensino superior que aquele suscetível de ser absorvido pelo mercado e pelo Estado.

As expectativas socioprofissionais da classe média fazem, portanto, com que o sistema educacional dos países capitalistas tenda regularmente a produzir a sobrequalificação. Esse fenômeno, que resulta da pressão educacional da classe média e não de qualquer intenção do empresariado, acaba, no entanto, sendo absorvido pelo sistema capitalista, sob a forma da degradação dos diplomas do ensino superior e do rebaixamento do seu valor através da inserção dos seus portadores em níveis ocupacionais que anteriormente dispensavam tais diplomas.

Educação escolar e socialismo

A sociedade socialista terá obviamente muitas tarefas a cumprir no terreno geral da educação das massas. No terreno específico da educação escolar, impor-se-á a reversão radical do quadro legado pela sociedade capitalista. E reverter esse

quadro significa antes de mais nada superar historicamente a perspectiva da classe média, predominante na moldagem do sistema escolar capitalista. Convém insistir em que esse processo de transformação educacional é um processo de superação histórica, e não de destruição. A superação é um movimento transformador que implica ao mesmo tempo conservação e destruição. Ora, a superação histórica do sistema educacional capitalista, moldado pelas expectativas e aspirações da classe média, exige em primeiro lugar a conservação, *por extensão ao conjunto da sociedade*, da inclinação positiva da classe média à conquista do saber historicamente acumulado, do conhecimento científico já consolidado, independentemente da época histórica e da sociedade de classes em que foi gerado, e do patrimônio cultural da humanidade (produtos culturais que se mostram superiores ao quadro social em que foram gerados, do Código de Hamurabi à dramaturgia de Shakespeare).

Caberá, portanto, à sociedade socialista proletarizar a educação escolar. Mas atenção: “proletarização” não significa, aqui, a substituição do estoque de conhecimentos científicos e dos elementos culturais, historicamente acumulados, por uma suposta cultura popular, alternativa à cultura de todas as classes dominantes do passado. A proletarização da educação escolar no socialismo consiste em fazer com que o conjunto da sociedade – isto é, as massas trabalhadoras – tenham de fato acesso à ciência e à cultura, rompendo assim o monopólio exercido pela classe média sobre ambas.

A superação histórica do sistema escolar capitalista implica em segundo lugar a ruptura com a ideologia pequeno-burguesa do conhecimento, que comanda, nas sociedades capitalistas, a transmissão do saber científico e da cultura, historicamente acumulados, à clientela escolar, seja qual for a origem de classe desta. Em que consiste tal forma ideológica? Ela consiste em tentar tratar toda prática teórica numa perspectiva teorista e elitista, o que resulta em negar os vínculos existentes, em vários níveis, entre a elaboração teórica e a prática social. O primeiro vínculo negado pela ideologia pequeno-burguesa do conhecimento é a conexão, que deve se aprofundar no socialismo, mas que já existe em sociedades historicamente anteriores, entre pesquisa científica e prática social, no terreno da elaboração do conhecimento científico. Ou seja: são questões práticas que levam ao desenvolvimento da teoria. Por exemplo: foram as necessidades práticas da agricultura antiga que levaram ao desenvolvimento da astronomia.

O segundo vínculo existente entre a elaboração teórica e a prática social, negado pela ideologia pequeno-burguesa do conhecimento, aparece claramente quando se confere à abordagem de exemplos práticos um papel central no processo de transmissão de qualquer conhecimento teórico. Esse papel é reconhecido quando são exibidas as raízes práticas e sociais das grandes descobertas científicas e das grandes elaborações culturais; e quando são apresentadas as implicações práticas e sociais dessas descobertas e elaborações.

O terceiro vínculo negado pela ideologia pequeno-burguesa do conhecimento equivale à busca expressa, por parte do educador, da utilidade social dos conhecimentos científicos e das construções culturais; ou seja, ao reconhecimento de que a teoria deverá ter alguma aplicação prática, caso contrário ela se reduzirá a nada.

A educação escolar socialista terá, portanto, de romper com o teorismo pequeno-burguês, imperante na educação escolar capitalista; e deverá tratar em termos dialéticos a relação entre conhecimento e prática social, atraindo por essa via as massas trabalhadoras para a dinâmica da vida escolar.

Vejam agora um outro aspecto do processo de superação histórica do sistema escolar capitalista. A sociedade socialista deve promover também a superação histórica do padrão de oferta da educação escolar, projetado pela classe média dentro da sociedade capitalista. Em que consiste tal superação? Em praticamente todas as sociedades capitalistas, a Constituição prescreve a obrigatoriedade do ensino fundamental; obrigatoriedade essa que vincula civilmente os pais e politicamente o Estado (para não falarmos da obrigação moral que a sociedade faz pesar sobre as próprias crianças). Ora, a classe média, na sua luta ideológica pela construção do Mito da Escola Única e pela concretização do modelo institucional que possibilita a operação desse Mito (isto é, o ensino elementar público, gratuito e obrigatório), torna-se o principal sustentáculo social do princípio da obrigatoriedade da educação escolar elementar. Mas para que esse princípio se concretizasse, não bastaria que a classe média induzisse seus filhos a integralizar a educação fundamental. Seria também necessário que a maioria da sociedade – os trabalhadores manuais – assumisse esse mesmo compromisso. Já vimos, porém, que os trabalhadores manuais não se dispõem a colocar o preceito constitucional da obrigatoriedade da escolarização elementar acima das necessidades imediatas do processo de reprodução material das suas famílias. Os trabalhadores manuais são sempre pressionados pelos altos custos indiretos da escolarização; e se sentem desestimulados no plano da educação escolar, por sentirem que essa escola “não foi feita para eles e para seus filhos, e sim para os outros” (ou seja: para um aluno ideal com perfil de classe média). Podemos deduzir facilmente os resultados desse quadro motivacional: a obrigatoriedade do ensino elementar não se cumprirá para a maioria da sociedade, e as crianças pobres tenderão à alta evasão escolar e às trajetórias escolares intermitentes.

Qual deverá ser a postura do Estado socialista diante do quadro educacional legado pelo Estado capitalista? Caberá à democracia socialista de massas fazer com que a obrigatoriedade da educação elementar deixe de ser uma ilusão, como no capitalismo, e se transforme numa realidade. Mas também faz parte do programa socialista o incentivo à educação não-escolar, a ser implementada em vários domínios da vida social, como as fábricas, os campos, os escritórios, os partidos políti-

cos etc. A relação entre educação escolar e educação não-escolar é sabidamente o ponto mais polêmico – e também o mais complexo – da teoria da educação socialista. Muitos intelectuais, pedagogos e militantes bolcheviques (de Bukharin a Blonski) sustentaram que a escola deveria ir se dissolvendo progressivamente no conjunto da vida social durante o processo de transição para o socialismo; ou mesmo que a escola já não tinha razão de ser imediatamente após a Revolução de Outubro³. A nosso ver, a utopia de uma sociedade socialista sem escolas não se sustenta teoricamente, já que ela pode “libertar o indivíduo da opressão escolar”, mas traz dificuldades para o processo de construção de uma democracia socialista de massas. O Estado socialista em construção não pode contar com uma “explosão educacional” nas bases da sociedade socialista (fábricas, campos etc.). Por isso, independentemente de tal explosão ocorrer (e ela pode não ocorrer, pelo menos no curto prazo), o aparelho de Estado socialista tem de concretizar a obrigatoriedade da educação escolar de base. A ação estatal nessa direção não visa mais, obviamente, realizar aqueles objetivos prescritos por constituições ou leis orgânicas dos países capitalistas: a) preparar os indivíduos para o trabalho (isto é, qualificar minimamente a mão-de-obra a fim de submetê-la ao poder do capital); b) preparar os indivíduos para o exercício da cidadania, definida em registro liberal (isto é, converter os indivíduos em seres politicamente passivos e apáticos, que de quatro em quatro anos participam do chamado “plebiscito eleitoral”).

O Estado socialista visa, ao impor a obrigatoriedade da educação escolar de base, concretizar dois objetivos, um de longo prazo e outro imediato. O objetivo de longo prazo se relaciona com a meta da construção de uma sociedade comunista: ele consiste em criar de modo sistemático, organizado e não-espontâneo as condições intelectuais e culturais mínimas necessárias ao pleno desenvolvimento das múltiplas potencialidades individuais e à superação das estratégias capitalistas de afunilamento e unidimensionalização da formação dos indivíduos. O objetivo imediato consiste em transmitir às massas os conhecimentos científicos, a cultura e a formação política, absolutamente indispensáveis para que os trabalhadores possam assumir de fato – bem além de um conselhismo meramente formal – a iniciativa na gestão do aparelho econômico (produção, distribuição); bem como participar de fato da gestão do Estado, reduzindo (embora não eliminando) o papel e as prerrogativas da burocracia estatal.

³ Sobre a presença da crítica à educação escolar em autores bolcheviques, consultar Georges Snyders, *Escola, classe e luta de classes*, Ed. Centauro, São Paulo, s/d, 2ª edição, item “A morte da escola para Illich e para os pedagogos soviéticos da primeira geração”. Quanto a Bukharin: o prognóstico de que a escola desaparecerá, por perda de função, na sociedade comunista encontra-se no Capítulo X do manual *ABC do comunismo*.

Portanto, a imposição da obrigatoriedade da educação escolar de base na sociedade socialista visa, em termos imediatos, a construção de um aparelho econômico efetivamente socializado e de uma democracia de massas; e, no longo prazo, o desenvolvimento integral das potencialidades individuais, sem o qual a meta da passagem ao comunismo não pode se concretizar. No terreno educacional, os socialistas marxistas não devem ceder à pressão ideológica exercida por correntes anarquistas e anarco-liberais, para as quais uma sociedade pós-capitalista deveria respeitar o direito da criança a estudar ou não estudar e, assim procedendo, libertar a criança da opressão educacional exercida pelo Estado. A esse respeito, fazemos nossas as formulações do pedagogo e reformador soviético Makarenko, obrigado a conviver, na Colônia Gorki (por ele dirigida), com pedagogos de orientação visivelmente anarquista. Para Makarenko, enquanto a sociedade pós-revolucionária não se convertesse num coletivo de fato socialista, o educador teria o direito de obrigar os indivíduos a se educarem. Nessa fase de transição, a instrução não poderia reverenciar os interesses e as disposições da criança, tais quais elas se apresentam no ponto de partida do processo educacional. E isto porque a educação socialista não teria apenas a função social de desenvolver a personalidade individual, mas também a função histórica de contribuir para a construção de um novo coletivo: a comunidade socialista⁴.

Para que se fundamente de modo mais compreensível o caráter impositivo da educação escolar socialista, é conveniente mencionar, passando a um nível mais abrangente de análise, o caráter impositivo da política do Estado socialista. Seria um erro teórico e político qualificar essa forma histórica de Estado como uma modalidade de Estado liberal, mas com “o sinal de classe trocado”: não mais um Estado liberal burguês, e sim um Estado liberal proletário. No desempenho de sua função histórica de preparar a desapareição de toda organização política coercitiva e separada da maioria social, bem como de suprimir toda hierarquização dos grupos socioprofissionais, o Estado socialista deve cumprir tarefas de grande envergadura.

Em primeiro lugar, o novo aparelho de Estado, sob a direção das vanguardas socialistas, deve assegurar a continuidade da educação socialista, em termos científicos e culturais, com a educação das épocas anteriores, especialmente a da época burguesa. Ao mesmo tempo, o Estado socialista deve levar o novo sistema educacional à ruptura ideológica com os padrões educacionais historicamente anteriores, especialmente o padrão educacional burguês. Cabe, finalmente, à democracia socialista de massas estender a educação a todos os trabalhadores, inclusive às massas atrasadas, eventualmente ainda envolvidas no pragmatismo e na indefinição estratégica que a sociedade capitalista impõe aos trabalhadores no plano educacional.

⁴ Ver A. S. Makarenko, *Poema pedagógico*, volume I, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989, 3ª edição.

Em segundo lugar, cabe ao Estado socialista assumir o papel histórico de indutor do desenvolvimento econômico socialista. Para tanto, terá de definir a direção desse desenvolvimento: modelo de industrialização, modelo agrícola, política ambiental, modo de inserção na economia mundial etc. E cumprir essa tarefa implica desenvolver uma ação de planejamento econômico e realizar uma política de investimento público que fixem conjuntamente balizas para o desenvolvimento progressivo de um setor econômico estruturado pela propriedade social de caráter público e não-estatal (isto é, um setor econômico de caráter autogestionário).

O crescimento progressivo do setor econômico autogestionário é a base do processo de desestatização, também progressivo, do conjunto da economia e da sociedade socialistas. É uma ilusão, porém, pensar que, sem o incentivo e a indução do Estado socialista, o setor autogestionário poderá se desenvolver e se fortalecer. Caso o planejamento econômico estatal não fixe balizas para as atividades do setor econômico autogestionário, a autogestão dificilmente levará ao socialismo. À falta de tais balizas, corre-se o risco de que a autogestão resulte numa radical corporativização da gestão econômica das empresas; corporativização essa que poderá abrir o caminho para a restauração do capitalismo. Todo Estado socialista tem, na verdade, de apresentar duas características centrais; caso contrário, ele não será um Estado socialista. Em primeiro lugar, tal Estado é uma democracia de massas; vale dizer, um aparelho estatal gerido pelas vanguardas socialistas ligadas às massas e sujeito a um controle permanente exercido pelas massas. Em segundo lugar, o Estado socialista é um Estado desenvolvimentista e intervencionista, em nada aparentado a um Estado liberal com “sinal de classe trocado”.

A educação escolar socialista e a criação do novo homem

Como afirmamos anteriormente, o objetivo de longo prazo de toda a educação socialista – e portanto também da educação escolar socialista – é a criação do *novo homem*. Qual será a contribuição da educação escolar socialista a esse processo? Liminarmente, reconhece-se que a escola socialista deve propiciar a todos os indivíduos conhecimentos científicos, elementos culturais e formação política necessários para que cada um se converta num homem permanentemente político; isto é, num ser que faz da política uma dimensão fundamental – e não, ocasional e intermitente – de toda sua atividade social. A escola socialista não pode contribuir para a formação de cidadãos liberais; isto é, para a criação de seres ocasionalmente políticos, que usam de tempos em tempos o boletim de voto e depois se retiram para a privacidade do lar ou se refugiam numa esfera do trabalho já previamente despolitizada. O papel político da escola socialista é fazer germinar nos indivíduos uma disposição organicamente participacionista, que implica a consciência de que a participação política em todos os níveis (empresa, localidade, aparelho

central do Estado) não é um direito individual da cidadania, que pode ser usado ou deixar de ser usado; e sim a condição essencial para o funcionamento real da democracia de massas e, portanto, para a realização substantiva do projeto socialista.

A educação política socialista consiste, portanto, em fazer ver aos indivíduos que a participação política pode propiciar grande satisfação psicológica e intelectual a cada um; e em demonstrar que a participação política é, em todos os casos, um *dever* socialista, cujo descumprimento terá como consequência a redução da comunidade socialista a uma mera forma sem conteúdo.

A escola socialista deve, porém, contribuir não só para a formação do homem político como também para a formação do homem trabalhador. Não insistiremos aqui sobre a justeza dos dois princípios da educação socialista, estabelecidos por Marx e Engels, reiterados por Lênin e confirmados desde então por todos os educadores marxistas: a) o princípio do compromisso da escola socialista com a *politecnia*; isto é, com a transmissão, a todos, de uma formação técnica e científica capaz de lhes propiciar o pleno entendimento dos mais variados processos de produção de bens; b) o princípio da integração efetiva entre escola e trabalho; isto é, a articulação da atividade desenvolvida pelo aluno na esfera econômica e na esfera produtiva com os conhecimentos técnicos e científicos a ele ministrados na escola. A importância da politecnia e da integração entre escola e produção, como princípios da educação escolar socialista, está em que a sua aplicação almeja, não a criação do trabalhador *competente*, como no capitalismo, mas sim a criação do trabalhador *consciente*, capaz de assumir a direção do processo de produção, ocupando assim o lugar dos capitalistas e dos quadros dirigentes do capital.

Com relação à formação do trabalhador no socialismo, queremos neste texto apenas complementar as teses de Marx e Engels, acima indicadas, com uma formulação diretamente sugerida pelos problemas concretos que emergiram nos processos históricos de construção de sociedades socialistas no séc. XX. A educação escolar socialista deve perseguir a politecnia; ela não pode, porém, abandonar o princípio da especialização profissional do trabalhador. É correto pensar que um Estado socialista deva atacar a divisão do trabalho dentro de cada unidade econômica (isto é, “a divisão do trabalho na manufatura”); e que a democracia socialista de massas deva se empenhar na supressão da separação entre os que desempenham trabalhos de direção/concepção e os que desempenham trabalhos de execução, dentro de cada unidade de produção.

Contudo, o Estado socialista, cuja ação econômica e ação administrativa se apóiam solidamente nas conquistas técnicas legadas pelas épocas históricas anteriores e capazes de assegurar um maior domínio do homem sobre a natureza, não pode se orientar pelo propósito de suprimir a divisão do trabalho na sociedade

como um todo. Mais ainda: os dirigentes do Estado socialista não devem nutrir a ilusão de que seja possível fazê-lo. Caso as vanguardas socialistas tentem atribuir ao aparelho de Estado socialista a tarefa histórica de suprimir a diferenciação da atividade econômica (agricultura, indústria, serviços; bem como os vários ramos dentro de cada um desses setores), elas se chocarão com a realidade e estarão condenadas ao fracasso político.

Se, como pensamos, a diferenciação da atividade econômica prosseguir no socialismo, a educação escolar socialista deverá, realisticamente, atuar sobre a formação do trabalhador em dupla direção: a) fornecer a cada trabalhador a formação geral que lhe confere maior domínio técnico e político sobre o processo de produção; b) viabilizar a especialização profissional solicitada por todos e cada um, supondo-se obviamente que essa alocação de indivíduos nas especialidades profissionais seja perfeitamente compatível com as necessidades coletivas. Em suma, a educação escolar socialista deve ter flexibilidade dialética suficiente para promover ao mesmo tempo a politecnicidade e a especialização profissional. Nesse quadro educacional, a politecnicidade tempera e relativiza a especialização profissional. Ou seja, ela impede que uma especialização profissional qualquer se eternize e se torne irreversível, convertendo-se numa espécie de *Destino* para cada indivíduo.

A ideologia burguesa do trabalho sustenta, através de seu representante máximo – Frederick Taylor, autor dos *Princípios de administração científica* –, a idéia de que as aptidões individuais são *irreversíveis*, pois elas derivam de uma distribuição cronicamente desigual de dotes naturais, como inteligência, habilidade manual, adaptabilidade etc. Taylor não está apenas reiterando o velho preconceito burguês segundo o qual uns nasceram para pensar e outros nasceram para fazer esforço físico. Esse autor procura especificar ainda mais a influência do dom natural na formação de aptidões individuais irreversíveis. Ou seja: ele sustenta a existência, dentro do próprio mundo do trabalho, de aptidões individuais diferenciadas, como as aptidões para uma ou outra tarefa integrante da linha de montagem industrial⁵.

A educação escolar socialista, ao reconhecer a necessidade da especialização profissional, deve, entretanto, condenar claramente a tese burguesa e taylorista da irreversibilidade das aptidões individuais, bem como garantir a *reversibilidade* de tais aptidões. No terreno da formação para o trabalho, o socialismo deve garantir a todos os indivíduos a possibilidade de uma educação contínua, que pouco tenha

⁵ Ver Frederick Winslow Taylor, *Princípios da administração científica*, Ed. Atlas, São Paulo, 1976, 7ª edição. A idéia da irreversibilidade das aptidões individuais aparece em pequenos comentários de Taylor sobre o perfil dos operários que desempenham diferentes tarefas no processo de produção fabril. Tais comentários estão dispersos pelo conjunto dos capítulos, ao invés de se concentrarem num único capítulo, que seria eventualmente dedicado ao tema.

a ver com a educação permanente prognosticada pelos tecnocratas do capitalismo. Se, para estes, a educação permanente aparece como uma exigência do “desenvolvimento econômico” (isto é, da economia capitalista) e preenche a função de requalificar sucessivamente a força de trabalho a fim de adaptá-la às novas tecnologias e às novas exigências do mercado de trabalho, no socialismo a educação contínua visa propiciar aos indivíduos uma grande mobilidade profissional, tendo em vista, porém, outros objetivos. A saber: o objetivo de favorecer a realização da aspiração humana à diversificação das atividades e o objetivo de combater a estagnação econômica, a burocratização etc. (ao perseguir este último objetivo, a educação contínua funciona como uma autêntica força produtiva socialista).

A educação escolar socialista deve, portanto, tornar possível que um operário fabril, ainda que bastante avançado numa carreira profissional específica, converta-se em professor de filosofia; que um alto burocrata se metamorfoseie em marceneiro etc.

Este texto sobre a educação escolar socialista não pode se encerrar sem uma breve reflexão sobre a questão do enraizamento de cada indivíduo numa esfera de trabalho, numa esfera espacial e numa esfera social específicas. É sabido que os capitalistas jamais tiveram pruridos em, desenraizar os trabalhadores; isto é, em deslocá-los de seu meio geográfico, cultural e até familiar, para submetê-los aos interesses do capital. Na atual fase do capitalismo – chamada por David Harvey de “fase da acumulação flexível”⁶ –, essa postura empresarial se acentuou; e o desenraizamento vem atingindo índices inauditos não só entre os trabalhadores manuais como também no seio da classe média alocada no setor terciário. Ora, uma reação ideológica possível ao desenraizamento promovido pelo capital é a postura defensiva consistente em pregar a volta às raízes, defender o apego a pequenas comunidades e fazer a apologia da fixação durável do indivíduo num certo meio geográfico e cultural. Tal *reenraizamento* não pode, porém, ser a base de um autêntico projeto socialista. É a desparouquialização – e não, a parouquialização – dos indivíduos que deve servir como mola propulsora do desenvolvimento socialista e da passagem ao comunismo. A mobilidade espacial e profissional, bem como a conseqüente renovação dos contatos culturais e sociais, devem constituir um caminho aberto a todos, embora não necessariamente seguido por todos. Para os que seguirem esse caminho, está aberta a possibilidade de lutar contra a monotonia e a estagnação da vida cotidiana, e de chegar a uma vida mais rica, criativa e diversificada, realizando assim o velho ideal marxiano do comunismo.

⁶ Ver David Harvey, *Condição pós-moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, 1993; especialmente os capítulos da parte II, “A transformação político-econômica do capitalismo do final do séc. XX”.